

## EDITORIAL

O golpe jurídico-midiático-parlamentar tem se revelado cada vez mais violento e sedento de destruição de tudo o que, pensávamos, havíamos conquistado de forma mais permanente. Na nossa última edição alertávamos para o fato de que este golpe, que ainda está em andamento, é “tão ou mais violento do que o de 64”, que ele “nos assassina em vida”, que “é necessário resistir, organizar forças e reconstruir o que destroem, retomar o rumo, reorganizar as forças democráticas, para além e apesar daqueles(as) que hoje ainda batem panelas”.

Silenciadas as panelas, talvez pelo horror do que ajudaram a fazer, mas também pela tolice e pela estupidez de não admitir o erro e somar forças para reverter a situação, o que resta ao país? Ou pior: silenciadas as panelas, porque satisfeitas na sua “fome”, reivindicada nas varandas gourmet e em cima de lajes desavisadas, restará algum país?

Quatro meses depois, parece que toda a conjuntura recrudescer, que não há mais saída a não ser o fundo do poço (que nunca chega!), o açodamento das relações sociais e de tudo o mais que vai se somando na esteira de reformas administrativa, trabalhista, da previdência... que avançam nas mãos (ou bolsos?) de congressistas cuja estatura minúscula causa assombro, envergonha e, por vezes, dá náuseas. Enfim. Os rentistas, particularmente aqueles arquitetos das ações golpistas, agradecem.

Nessa seara de certa tragédia, importa recuperar algumas palavras do Professor João dos Reis Silva Júnior, em editorial de dezembro de 2013 (!), aqui mesmo na *Trabalho & Educação*<sup>1</sup>. Escrevia ele que

há algo específico no caráter do povo brasileiro que nos faz diferentes de todos os outros povos, até mesmo dentro da América Latina. Essa particularidade é tão longínqua no tempo e no espaço que se encontra entranhada em todos nós que, por omissão ou ação, produzimos a cultura do país e as instituições que a reproduzem.

E reforçava o quanto a “mídia é maiúscula” na arte de promover, não promovendo:

Um político, um juiz, um cidadão comum ou um cidadão acima de qualquer suspeita são, diferentemente, bons ou maus ou, até mesmo, um único poderia ser bom e ruim em momentos diferentes ou, mesmo, simultaneamente, sendo isso tudo ao mesmo tempo: político, juiz, [procurador], cidadão comum ou acima de qualquer suspeita.

Quando consideramos um golpe como jurídico-midiático-parlamentar, o papel central do “midiático” não passa despercebido e, no que diz respeito ao que nos anestesia e estarece nos últimos quatro anos, as ‘organizações globo’, a ‘veja’, as outras empresas familiares de tv/comunicação e demais jornalões, continua o Professor Silva Júnior,

[...] são baluartes da agonia. Especialistas na arte de não mostrar, mostrando, e de sugerir por meio de linguagem bastante palatável. Com o peso ou o fardo histórico brasileiro muito é aceito e deglutido hoje e amanhã e desmentido em seguida, diante do que ‘mostram’ e ‘sugerem’. E tudo muda. Vivemos num processo em que,

<sup>1</sup> Cf. em < <http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/1882/1358> >. Acesso em: 15 abr.2017.

parafrazeando o professor Roberto Schwarz, 'o vício faz elogio à virtude' e a coesão social é fraca, assim como as instituições fazem da sociabilidade, indissociável da subjetividade, motivo para a materialização de processos muito instáveis e flexíveis. [...] O STF parece estar imerso nesse contexto. Uma instituição do Estado Nacional que, em última instância, é garantidor do próprio Estado, da sociedade, do ordenamento jurídico que orienta o político e cuida e zela pelo Legislativo e pelo Executivo. Hoje se vê um fisiologismo cultural a reger o parlamento, o Executivo encontra-se em *sursi* e o STF está enfraquecido (alguns dirão: de joelhos diante do que 'mostra' e 'sugere' a mídia).

E é como se estivéssemos encarcerados num tal processo kafkiano que não há mais pelo que esperar ou por onde seguir em tentativas que se mostram vãs, diante do poder combinado da tríade. Potencializada pelo midiático que a compõe e a serviço de interesses que se movem nas sombras, essa tríade, definitivamente, não se interessa pelo trabalho e pelo trabalhador brasileiros, tão pouco pelo país em si. Que dirá pela educação!

Mas enfim, o fisiologismo do parlamento não é só cultural. Vai além de algo que, enraizado no cerne do entendimento raso da maioria sobre o que vem a ser política, simplifica e reduz as ações a um "toma lá, dá cá" de compadrios que sabem bem os podres recíprocos e deles não podem se safar. Ou não querem. A *sursi* do Executivo evoluiu, rapidamente, para um estado de "legitimidade de botequim", mas bastante ancorado nos delírios etílicos mais enlouquecedores, mas não menos reais de um governo (!!??) autoritário, truculento e, ao mesmo tempo, servil a interesses que não são, definitivamente, os do país. E a fraqueza do STF tem se revelado, cada vez mais, no caráter *sui generis* não só daqueles(as) que o compõem, como dos(as) que integram outras instâncias, da PGR, passando pelo MP, e seguindo até a ponta daqueles(as) que os apoiam na "destruição a jato"<sup>2</sup> do país.

Nesse cenário, parecemos encarcerados na realidade que (sobre)vivemos e talvez estejamos mesmo aprisionados, o que constitui um horror bem próximo do ocorrido nos primeiros dias de 2017, em presídios do país: detentos esquartejados, decapitados, queimados...<sup>3</sup> mais ou menos como a democracia no país tem sido tratada por quem tem, de fato, o poder.

Nesse contexto, a *Trabalho & Educação* publica o Dossiê *Trabalho e Educação encarcerados*, com colaborações de autores(as) que abordam as problemáticas relacionadas à situação dos apenados, no que diz respeito a "direitos ao trabalho e à educação, elementos fundamentais quando se pensa na efetividade de sua ressocialização". Trata-se, para além das contribuições efetivas no trato das questões relacionadas aos sujeitos privados de liberdade, de um ponto de manutenção da sanidade, diante da situação crítica enfrentada pelo país, nesse momento que, esperamos, o leitor que nos acompanhar até aqui, no futuro, já tenha em conta como uma página de horror superada na nossa história.

A apresentação do conjunto de artigos avaliados e selecionados para publicação no Dossiê nos dá uma prévia da relevância dos estudos, tendo em vista que, como escrevem os organizadores, Fernando Selmar Rocha Fidalgo e Yara Elizabeth Alves,

<sup>2</sup> Cf. <[https://www.youtube.com/watch?v=o\\_c\\_-9uso4c](https://www.youtube.com/watch?v=o_c_-9uso4c)>. Acesso em: 15 abr.2017.

<sup>3</sup> Cf. <<http://www.dw.com/pt-br/rebelião-em-roraima-tem-detentos-decapitados/a-36062892>>, <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carnificina-em-presidios-do-norte-poderia-ter-sido-pior>> e <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carnificina-em-presidios-deixou-mais-de-130-mortos-neste-ano>>, entre outros. Acesso em: 15 abr.2017.

no campo da investigação científica, pouco se tem feito para encontrar saídas para as nossas prisões. Frente à pouca visibilidade do sistema penitenciário, poucos são os pesquisadores que se atrevem a pesquisá-lo, sendo ainda mais rara a constituição de grupos de pesquisas. Nesse sentido, o Observatório Nacional do Sistema Prisional (ONASP) tem procurado articular pesquisadores para contribuir com a redução dessa carência, na busca de produção de evidências e no incremento dos sistemas de informação, já que os que temos são escassos e invariavelmente não confiáveis.

Junto desse conjunto de estudos contidos no Dossiê, outros quatro inauguram esta edição, ajudando a problematizar, se houver olhar para perceber, a realidade que enfrentamos e queremos transformar em algo mais decente, como projeto de país e, nisso, “fora temer a luta, tudo o mais é essencial no horizonte”.

Se o “específico no caráter do povo brasileiro que nos faz diferentes de todos os outros povos, até mesmo dentro da América Latina”, ressaltado acima pelo Professor Silva Júnior, nos interessa, do ponto de vista da nossa constituição como povo, como nação diante disso que presenciamos e, por não raras vezes, calamos em presenciar, o artigo de nossa colaboradora marfinense, Fatima Doumbia, intitulado “Os saberes e as práticas ‘à africana’ face à questão de renormalização” nos ajuda bastante no entendimento para o agir nesse contexto. A autora se coloca a questão de problematizar o modo de fazer “à africana”, na perspectiva de entender se uma renormalização na maneira de conduzir a vida “[...] é possível e quais são os recursos com os quais ela pode ser feita, a fim de dizer a realidade dos fatos vividos, uma realidade conforme normas próprias.” Essa direção é dada chegando-se a considerações que nos colocam, como brasileiros, diante de uma questão que nos ajuda a pensar nossa própria condição: “Será possível ao homem africano de hoje realizar e, tal como o arquiteto da sua vida, criar-se, fazer-se, desenvolver-se sem essa tensão dramática e muitas vezes inconsciente que o mata?” A autora se refere, em parte, a esse “específico no caráter”, desta feita do povo africano,

[...] esse hábito da miséria como condição do africano [que] o transforma nesse espectador passivo que, cansado de não ter aquilo que deseja, acaba calando em si a voz do desejo. Nesse silêncio que é passividade, indiferença, mata em si a possibilidade de fazer advir outra realidade.

Doumbia trata das questões relacionadas aos saberes e às práticas “à africana”, mas colabora com a reconstrução da alma brasileira, nesse momento, indicando que “a possibilidade [dessa outra realidade], assim pensada, inscreve-se na ação e toma, então, a forma do engajamento”, algo que talvez nos falte como povo que enfrenta a retirada de seus direitos e a cassação de sua cidadania de forma por demais passiva, “pois pensar a ação possível para sair dessa letargia”, continua Doumbia, “que são a indiferença e a passividade perante aquilo que acontece, é pensar a ocasião, quer dizer o *kairos*, o momento oportuno” – e qual será mesmo o nosso momento oportuno? “Essa atenção ao momento oportuno é [...] atenção à situação presente a fim de saber quando e como agir definirá a sua identidade não mais em referência a uma identidade rígida a revelar, nem a uma identidade dada por terceiros [...]”.

Em seguida, Thatianne Ferreira Silva e Rita de Cássia de Alcântara, em “Ações de formação do professor da educação básica que atua como supervisor no âmbito do PIBID”, tratam da participação dos supervisores de estágio nos processos de

formação de licenciandos bolsistas de iniciação científica nos processos de formação. Trabalhando na análise de questionários e entrevistas realizados junto a esses supervisores, professores da educação básica, as autoras indicam “a necessidade de um maior investimento em ações de formação que impliquem maior reflexão dos licenciandos bolsistas no seu processo de inserção à docência”.

Em “Memória e trabalho infantil”, Pollyana Viana e João Diógenes dos Santos apresentam uma análise da relação memória e trabalho infantil e buscam “compreender como os aspectos subjetivos relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes são traduzidos na cultura e nos valores herdados e vivenciados nas relações de produção”, o que é feito considerando as “Casas de Farinha do município de Vitória da Conquista (Bahia)”. A abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e em entrevistas com trabalhadores adultos, nesse contexto, permitiu perceber que, pela memória, “os entrevistados carregam implicitamente um conjunto de valores ideológicos construídos, que foram estruturados em determinado contexto histórico e são difundidos na sociedade.” É essa memória, segundo os autores, que “serviu para orientar as ações dos indivíduos por sucessivas gerações” – o que talvez nos remeta, novamente, ao “específico no caráter do povo brasileiro” – , mas que “podendo ser revelada nas diversas tradições, vivenciadas como experiências coletivas autoeducativas determinadas por processos históricos complexos da formação capitalista”, talvez nos apontem, finalmente, e/ou apontem aos que não acreditam ainda nessa complexidade e na sua sobrevivência contra o trabalho e os trabalhadores, algum caminho no fundo daquele poço, onde ainda não chegamos.

Adriana de Oliveira e Luiz Everson da Silva, em “A categoria inserção profissional: uma análise a partir do relato dos egressos da UFPR – Setor Litoral” abordam a realidade dos diplomados dos quatro primeiros cursos implantados no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, campus criado em 2005 no processo de expansão das universidades brasileiras ocorrido na época. Lançando mão de entrevistas realizadas com egressos residentes ou que permaneceram por algum tempo na região litorânea paranaense, os autores apontam a multifacetada compreensão/constituição da categoria inserção profissional, que envolve não só a obtenção de emprego, mas também a análise da “situação profissional e contratual, constituída e influenciada por uma série de outros elementos” que incluem aspectos sociais, políticos e econômicos próprios da região, além das demandas do mercado de trabalho e das “iniciativas de articulação das políticas de educação, juventude e trabalho, o acesso às instituições de Ensino Superior”. Os dados analisados “apontam para a importância da formação em nível superior em uma Universidade Federal na região” e ressaltam “as potencialidades trazidas por essa instituição, referente ao aporte tecnológico, à produção de conhecimento e à disseminação de uma cultura política mais crítica frente aos desafios regionais”.

Nossa seção RESUMOS desta edição traz os estudos de: **(a)** DANIEL ROCA, que “analisa a atividade, os saberes e valores no trabalho do professor da faculdade de Ciências e Engenharia de uma universidade peruana originária dos movimentos estudantis”, lançando mão da perspectiva ergológica para abordar o trabalho do professor universitário; **(b)** ÂNGELA PETRUS, que também lança mão da ergologia, articulada à ergonomia, para analisar a atividade dos maquinistas ferroviários nos “múltiplos condicionantes que cruzam a ‘rotina sobre os trilhos’”, em situações que suscitaram

reflexões acerca do “que é a penosidade no trabalho? Como circunscrevê-la e defini-la? Qual estatuto epistemológico atribuir a este termo? Poderia ele assumir um estatuto de conceito em que plano epistêmico?”. Suas conclusões apontam para o fato de que “o debate sobre a penosidade não se esgota na investigação realizada”, mas ela pode fundamentar outras buscas “na direção de um reconhecimento efetivo, situado e sempre renovado” acerca da problemática tratada, nos planos político e epistemológico; **(c)** NATHALIA ALEM, que realiza um estudo de caso no *Campus* Salvador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, abordando o currículo da disciplina de História. Buscando “compreender o lugar e o sentido que o currículo prescrito dessa disciplina ocupou em dois dos cursos de Ensino Médio Integrados [...]” – Manutenção Industrial e Automação Industrial –, a autora aponta a necessidade de “ampliar a discussão sobre o ensino de História na educação técnica profissional, especialmente na modalidade integrada”, além de “redirecionar o olhar para outros espaços e sujeitos”, ainda que se identifique, fortemente, as ameaças advindas das atuais políticas de reestruturação do Ensino Médio no país; e de **(d)** MARCELLE DE CASTRO, que investigou os elementos em jogo na controvérsia quanto às (im)possibilidades de que duplas de trabalhadores atuassem na manutenção de uma Linha Viva de uma rede de distribuição energizada de Média Tensão de uma concessionária de energia elétrica. Partindo dos argumentos dos eletricitas e sindicatos que desaprovavam fortemente as duplas ao invés de trios por conta dos riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e, de outro lado, dos argumentos dos gestores e técnicos a respeito dessa nova forma de organização, a autora coloca a atividade dos eletricitas no centro da análise, lançando mão de recursos de entrevistas semiestruturadas, observações gerais e sistemáticas, autoconfrontações e grupos de validação, dos quais participaram técnicos e eletricitas de duas bases da empresa estudada. A pesquisa levou em conta a proposição de uma pesquisa-ação, cujo intuito foi identificar as condições reais de trabalho e, uma vez coletados os dados no curso da atividade de investigação, foram considerados os aportes teórico-metodológicos da *Pesquisa-ação*, da *Grounded Theory (GT)* e da *Análise Ergonômica do Trabalho (AET)*. Feito isso, foi possível mostrar “como a construção de uma segurança no trabalho que incorpora o *savoir-faire* dos trabalhadores” e avançar “para além das ações preventivas oriundas de conhecimentos técnico-científicos gerais, ao integrar a dimensão microscópica e singular das situações de trabalho”.

Esta a nossa primeira edição de 2017.

Boa leitura a todos!

Ailton Vitor Guimarães<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana, Mestre em Tecnologia/Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professor da Carreira de EBTT do CEFET-MG, membro do Grupo de Pesquisa em Teoria e Metodologia do Ensino Tecnológico (PETMET/CEFET-MG). E-mail: <vitor@deii.cefetmg.br>.